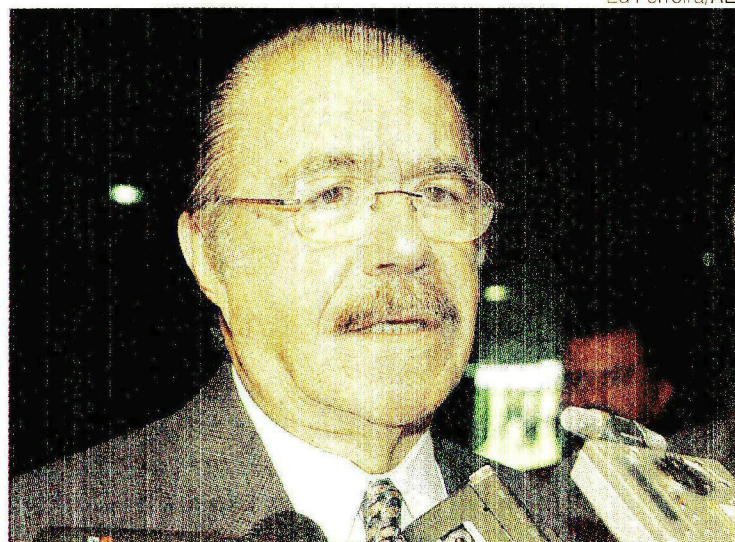


INVESTIGAÇÃO

Sarney deixa caso ACM para Conselho de Ética

Ed Ferreira/AE



O senador: resistência a ações contra ACM fora dos tribunais

Presidente do Senado arquiva pedido de Juvêncio da Fonseca e critica posição do PT

ROSA COSTA

BRASÍLIA – O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), devolveu ontem para o Conselho de Ética a decisão sobre o pedido da bancada petista para que seja aberta uma investigação a respeito das evidências de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no escândalo dos grampos telefônicos da Bahia. O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), queria que o pedido fosse avaliado pela direção da casa e chegara a enviar a Sarney um ofício informando da solicitação do PT. Mas o presidente do Senado, que é contra a idéia de um inquérito parlamentar, preferiu lavar as mãos.

Sarney arquivou o documento de Juvêncio sem tomar uma posição e agora caberá ao Conselho de Ética definir o destino de ACM. Mesmo assim, o presidente do Senado deixou claro que não concorda com a proposta de se tratar o caso fora dos tribunais, já que os grampos – que permitiram à polícia baiana gravar de forma irregular as conversas de centenas de cidadãos – foram realizados quando Antonio Carlos estava sem mandato. Sarney lembrou que, nessa situação, um senador só pode ser cassado em duas circunstâncias: abuso do poder econômico durante a campanha eleitoral ou se tiver sido condenado em todas as instâncias judiciais. “Se há outro tribunal de exceção que quer julgar, não vai respeitar a lei”, disse.

A prática no Conselho de Ética, no entanto, é outra. O

senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi cassado por ter mentido sobre seu envolvimento no desvio de recursos para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, fato ocorrido antes do início de seu mandato. Também o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) renunciou por não ter como se defender das acusações sobre o desvio de dinheiro do Banpará na época em que ele era governador do Estado.

Com o gesto de Sarney, não deverá ser mais necessário um recurso, como o anunciado pela senadora Heloisa Helena (PT-AL), para que o caso seja submetido ao Conselho de Ética, a não ser que Juvêncio se recuse a colocar o tema em votação. Juvêncio não adiantou como vai agir, mas criticou a solicitação apresentada pela bancada petista. “A investigação sumária pedida pelo PT não leva a lugar nenhum”, alegou. Para

ele, a atitude do partido “é mera encenação” e o correto seria apresentar logo um requerimento pedindo a abertura de processo de cassação.

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), anunciou que defenderá, na reunião da Executiva do PT marcada para o final do mês, que o partido apresente um outro pedido, dessa vez de cassação de ACM, e não de simples investigação. Na qualidade de “grampeado” que tem acompanhado de perto as apurações na Bahia, Pellegrino acredita que já há indícios suficientes contra o senador. **(Colaborou Eugênia Lopes)**

PARA
JUVÊNCIO, PT
FAZ ‘MERA
ENCENAÇÃO’